

ANEXO 15

REGULAMENTO DA TRANSIÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO PARA A CONCESSIONÁRIA

CONCESSÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE AMPLIAÇÃO, OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO DENOMINADO LOTE ROTA MOGIANA

1. INTRODUÇÃO

- 1.1. O SISTEMA EXISTENTE e o SISTEMA REMANESCENTE compõem o SISTEMA RODOVIÁRIO, na forma definida no ANEXO 2, e serão transferidos de forma integral à CONCESSIONÁRIA, nos prazos, termos e nas condições estabelecidos neste ANEXO.
 - 1.1.1. A transferência dos trechos rodoviários descritos no item 1.1, acima, à CONCESSIONÁRIA, mediante a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, compreende tanto as vias principais quanto as auxiliares, incluindo ACESSOS, conforme descrição apresentada no ANEXO 2, as quais passarão a integrar o SISTEMA RODOVIÁRIO escopo da CONCESSÃO e, portanto, deverão ser consideradas pela CONCESSIONÁRIA ao desempenhar todas as atividades e cumprir todas as obrigações relacionadas à exploração da CONCESSÃO.
- 1.2. O disposto neste ANEXO rege a transferência do SISTEMA REMANESCENTE em conjunto com o SISTEMA EXISTENTE para a CONCESSIONÁRIA quando da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, nos termos do item 2.1 deste ANEXO, objetivando-se a transparência, a eficiência e a preservação da continuidade da prestação do serviço público, dos direitos dos USUÁRIOS e do PODER CONCEDENTE.
- 1.3. Eventuais obstáculos ao fiel cumprimento das disposições deste ANEXO, ainda que imputáveis a terceiros, não eximem a CONCESSIONÁRIA da assunção do SISTEMA EXISTENTE e do SISTEMA REMANESCENTE à zero hora da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, observadas as disposições deste ANEXO e do CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 1.4. A ARTESP deverá manter a CONCESSIONÁRIA devidamente informada e atualizada sobre todos os procedimentos envolvendo o encerramento da concessão do SISTEMA REMANESCENTE, bem como sobre a sua consequente transferência para a CONCESSIONÁRIA, de modo a assegurar que a transferência ocorra de modo ordenado, eficiente, transparente e sem obstáculos.
- 1.5. A cobrança da TARIFA DE PEDÁGIO pela CONCESSIONÁRIA referente às PRAÇAS DE PEDÁGIO localizadas no SISTEMA REMANESCENTE, poderá ter início a partir de sua assunção, devendo a receita auferida ser depositada na CONTA BANCÁRIA CENTRALIZADORA, nos termos do APÊNDICE D.
 - 1.5.1. A TARIFA DE PEDÁGIO a ser praticada pela CONCESSIONÁRIA observará o regramento estabelecido pelo ANEXO 4, independentemente da existência de pistas duplas ou simples.
- 1.6. A partir da assunção dos trechos que compõem o SISTEMA RODOVIÁRIO, na forma disciplinada neste ANEXO, a CONCESSIONÁRIA deverá cumprir todas as obrigações a ela atribuídas no CONTRATO e nos ANEXOS, assegurando a prestação de SERVIÇO ADEQUADO nos trechos rodoviários que compõem o SISTEMA RODOVIÁRIO, mesmo que ainda não concluídas todas as etapas procedimentais estabelecidas neste ANEXO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

- 1.7. A CONCESSIONÁRIA é responsável exclusiva pelo ônus da sua omissão ou da sua inércia nas providências previstas neste ANEXO.
- 1.8. Os prazos previstos neste ANEXO podem ser revistos mediante acordo entre as PARTES e desde que devidamente justificados.

2. DOS PRAZOS PARA A TRANSIÇÃO DO SISTEMA RODOVIÁRIO

- 2.1. O SISTEMA REMANESCENTE e o SISTEMA EXISTENTE deverão ser transferidos à CONCESSIONÁRIA em até 30 (trinta) dias contados da DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, nos termos da Cláusula 6.2 do CONTRATO, por intermédio da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.
 - 2.1.1. Na hipótese de superação do prazo previsto no item 2.1, em 180 (cento e oitenta) dias, qualquer uma das PARTES poderá optar pela extinção antecipada do CONTRATO, nos termos da Cláusula 6.4, inciso I, do CONTRATO.

3. DAS PRERROGATIVAS DA CONCESSIONÁRIA A PARTIR DA ASSUNÇÃO DO SISTEMA EXISTENTE

- 3.1. A partir da assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, a CONCESSIONÁRIA, por si ou por RELATOR INDEPENDENTE, aprovado nos termos deste ANEXO, terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a elaboração do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE referente exclusivamente aos passivos socioambientais do SISTEMA EXISTENTE.
 - 3.1.1. As PARTES e a ARTESP deverão, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da celebração do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, definir a metodologia para a elaboração do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE.
 - 3.1.2. Caso as PARTES e a ARTESP não cheguem a um consenso quanto à metodologia a ser adotada para a elaboração do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE, no prazo definido no item 3.1.1, acima, a CONCESSIONÁRIA deverá adotar a metodologia adotada pelo PODER CONCEDENTE quando da elaboração dos estudos que antecederam a CONCESSÃO disponibilizados no Data Room, conforme previsto na Introdução e no item 7.5 do EDITAL.
 - 3.1.3. Não serão considerados para fins do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE itens compreendidos no escopo do Programa Intensivo Inicial (PII).
- 3.2. O RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE terá por objetivo exclusivo a identificação de novos passivos socioambientais não indicados no APÊNDICE B ou na lista de TCRAs do ANEXO 2, ou que dele decorram, e deverá ser submetido à apreciação da ARTESP ao final do prazo indicado pelo item 3.1.
 - 3.2.1. Caso sejam identificados novos passivos deverá ser elaborado laudo técnico

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

individual da evolução de cada ocorrência, o qual deverá ser assinado por profissional competente e com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações:

- i. Localização do passivo socioambiental;
 - ii. Caracterização geral da área, incluindo um mapeamento geológico e geotécnico e de uso e cobertura do solo em escala detalhada (1:1.000);
 - iii. Descrição geral do tipo de passivo e da situação identificada por meio de levantamento *in loco*;
 - iv. Análise temporal da área em estudo, por meio da utilização de imagens de satélite atualizadas e antigas, para fins de comparação;
 - v. Resultados de investigações geotécnicas de campo e laboratoriais que venham a demonstrar a situação de estabilidade do local, segundo Norma do DER/SP, nos casos em que esse tipo de investigação é aplicável;
 - vi. Apresentação das soluções para recuperação do passivo ambiental;
 - vii. Croqui da situação identificada e das soluções propostas para o passivo ambiental; e
 - viii. Registro fotográfico da situação observada.
- 3.3. Os apontamentos constantes do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE, elaborado conforme metodologia aprovada pelas PARTES, nos termos do item 3.1.1, ou conforme metodologia adotada pelo PODER CONCEDENTE, na forma do item 3.1.2, serão apreciados pela ARTESP em até 30 (trinta) dias.
- 3.3.1. Em caso de solicitação de ajustes, a ARTESP deverá estipular o prazo para a sua realização e apreciará o RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE revisto em até 30 (trinta) dias.
 - 3.3.2. Recebido o RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA EXISTENTE com os Ajustes que venham a ser requeridos pela ARTESP, nos termos do item 3.3.1 acima, a ARTESP emitirá sua decisão final, a qual constituirá RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE, facultando-se às PARTES submeter eventuais divergências aos mecanismos de resolução de controvérsias previstos no ANEXO 23.
 - 3.3.3. Os apontamentos constantes do RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO, desde que (i) comprovadamente acarretem impacto econômico-financeiro; (ii) não constem ou decorram da lista disposta no APÊNDICE B ou da lista de TCRAs do ANEXO 2; e (iii) o RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

DO SISTEMA EXISTENTE verse exclusivamente sobre o conteúdo previsto no item 3.2 e 3.2.1 deste ANEXO, sendo que eventual conteúdo adicional será desconsiderado.

- 3.4. O reequilíbrio econômico-financeiro dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO indicados no item 3.3.3 acima será realizado na forma da Cláusula 23 do CONTRATO.
- 3.5. Após a implementação do reequilíbrio econômico-financeiro, a CONCESSIONÁRIA não terá nada mais a reclamar sobre os passivos existentes no SISTEMA EXISTENTE, inclusive aqueles identificados no RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE, salvo vícios ocultos, nos termos do CONTRATO.

4. DAS PRERROGATIVAS DA CONCESSIONÁRIA A PARTIR DA ASSUNÇÃO DO SISTEMA REMANESCENTE

- 4.1. A partir da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR INDEPENDENTE, aprovado nos termos deste ANEXO, ficará autorizada a adotar providências voltadas à verificação das condições mínimas para a entrega do SISTEMA REMANESCENTE, de acordo com as especificações exigidas pelo PODER CONCEDENTE quando da celebração do CONTRATO RENOVIAS, bem como demais normas aplicáveis.
- 4.2. Caberá à CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR INDEPENDENTE, elaborar RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, para fins de confirmação acerca da situação do SISTEMA REMANESCENTE e eventual constatação de EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO.
- 4.3. O RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE deverá ter como escopo exclusivamente os itens elencados na Tabela 1 abaixo e deverá ser entregue à ARTESP. Itens adicionais serão desconsiderados da análise do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE.
 - 4.3.1. A CONCESSIONÁRIA deverá indicar no RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE eventuais equipamentos de cobrança que não estejam operacionais, sob pena de, no caso de sua não indicação, estes não serem considerados na recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO prevista pelo item 4.12 deste ANEXO.
 - 4.3.2. Não serão considerados para fins do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE itens compreendidos no escopo do Programa de Adequação Inicial (PAI).
- 4.4. O RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE deve ser elaborado de acordo com o padrão indicado na Tabela 1 abaixo. Todos os relatórios, inclusive parciais, deverão conter uma tabela resumo descrevendo e numerando todos os itens apontados. Esta tabela deverá conter, além da descrição e numeração do evento, informações básicas de localização (pista, quilômetro, coordenadas geográficas) e todos os

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

itens deverão ser classificados/separados por natureza do evento (meio-ambiente, drenagem, condição geológica/geotécnica etc.).

- 4.5. Além do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE, a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR INDEPENDENTE, deverá entregar RELATÓRIOS DE VISTORIA PARCIAIS DO SISTEMA REMANESCENTE à ARTESP, nos prazos intermediários indicados na Tabela 1 abaixo:

TABELA 1 – PRAZOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE IRREGULARIDADES DOS RELATÓRIOS DE VISTORIA PARCIAIS SISTEMA REMANESCENTE

Item	Parâmetros Técnicos da Matriz de Responsabilidade	Prazo para entrega dos respectivos Relatórios de Vistoria Parciais a partir da assinatura do Termo de Transferência Inicial	
		Fase 1 (30 dias)	Fase 2 (90 dias)
A	Processos Erosivos em taludes decorte e aterro	X	
B	Estabilidade dos taludes em relação às normas técnicas vigentes	X	
C	Assoreamento de sistema de drenagem e/ou drenagens naturais	X	
D	Ausência ou insuficiência de cobertura vegetal na faixa de domínio	X	
E	Presença de resíduos sólidos provenientes de atividades de terceiros	X	
F	Recuperação de Área de Preservação Permanente – APPs	X	
G	Investigações ambientais de áreas com potencial de contaminação	X	

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

H	Condição das passagens de fauna existentes	X	
I	Presença de invasões da faixa de domínio	X	
J	Pendências de licenciamento ambiental	X	
L	Condição do sistema de drenagem superficial	X	
M	Condição do sistema de drenagem (exceto drenagem superficial)		X
N	Condição estrutural das OAEs		X
O	Condição dos elementos de segurança	X	
P	Relatório de situação dos acessos		X
Q	Equipamentos de cobrança de tarifa instalados nas praças de pedágio	X	

4.6. Especificamente em relação aos passivos ambientais (itens de “a” a “g”) da Tabela supra, na eventualidade de se identificar novos passivos, ou o agravamento de alguma das situações verificadas, conforme disposto no ANEXO 2, deverá ser elaborado laudo técnico individual de cada evolução da ocorrência, o qual deverá ser assinado por profissional competente e com recolhimento de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contendo as seguintes informações:

- (i) Localização do passivo ambiental;
- (ii) Caracterização geral da área, incluindo um mapeamento geológico e geotécnico e de uso e cobertura do solo em escala detalhada (1:1.000);
- (iii) Descrição geral do tipo de passivo e da situação de agravamento identificada por meio de levantamento in loco;
- (iv) Análise temporal da área em estudo, por meio da utilização de imagens de satélite atualizadas e antigas, para fins de comparação;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

- (v) Resultados de investigações geotécnicas de campo e laboratoriais que venham a demonstrar a situação de estabilidade do local, segundo Normas do DER/SP, nos casos em que esse tipo de investigação é aplicável;
 - (vi) Apresentação das soluções para recuperação do passivo ambiental;
 - (vii) Croqui da situação identificada e da solução proposta para o passivo ambiental;
 - (viii) Registro fotográfico da situação observada;
 - (ix) Outras informações relevantes que possam auxiliar na demonstração das causas que levaram ao agravamento da situação observada.
- 4.7. A CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR INDEPENDENTE, terá até 10 (dez) dias contados dos prazos listados na Tabela supra para enviar à ARTESP, para avaliação, os RELATÓRIOS DE VISTORIA PARCIAIS DO SISTEMA REMANESCENTE, cujo conteúdo consistirá na identificação, dentro do prazo exigido, de irregularidades relativas aos respectivos itens técnicos indicados na Tabela 1 do item 4.5.
- 4.8. Na hipótese de a CONCESSIONÁRIA, por si ou pelo RELATOR INDEPENDENTE, descumprir prazo intermediário de identificação de quaisquer itens técnicos listados na Tabela 1 acima, ou deixar de registrar item técnico no respectivo RELATÓRIO DE VISTORIA PARCIAL DO SISTEMA REMANESCENTE entregue, à CONCESSIONÁRIA será atribuído o risco relativo às correções e tratamento sobre o respectivo item, independentemente de identificação de irregularidade no RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE.
- 4.8.1. A identificação de irregularidade ou passivo no RELATÓRIO DE VISTORIA PARCIAL DO SISTEMA REMANESCENTE em descumprimento dos prazos intermediários previstos na Tabela 1 supra, somente configurará EVENTO DE DESEQUILÍBRIO nos casos de vício oculto devidamente comprovado.
- 4.9. Caso julgue necessário, a ARTESP poderá emitir apontamentos em relação aos RELATÓRIOS DE VISTORIA PARCIAIS DO SISTEMA REMANESCENTE em até 30 (trinta) dias do recebimento.
- 4.10. O RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE deverá consolidar os RELATÓRIOS DE VISTORIA PARCIAIS DO SISTEMA REMANESCENTE, com os apontamentos da ARTESP e conter:
- (i) consolidação da situação dos componentes verificados, dos passivos socioambientais e das incorreções constatadas, incluindo informações quanto ao atendimento, ou não, das condições de devolução do SISTEMA REMANESCENTE;
 - (ii) estimativa de eventual desequilíbrio econômico-financeiro a favor da CONCESSIONÁRIA, caso a RENOVIAS não corrija as falhas identificadas, e caso seja atribuída à CONCESSIONÁRIA a responsabilidade por proceder às correções necessárias à plena operação e atendimento das exigências de CONTRATO RENOVIAS no trecho que lhe será transferido, configurando-se

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

EVENTO DE DESEQUILÍBRIO e fazendo jus à consequente recomposição do equilíbrio econômico do CONTRATO.

- 4.11. Recebido o RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE, a ARTESP o analisará e deliberará em até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, decidindo pela: (i) aprovação integral do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE, o que o converterá em RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE; (b) ou pela determinação, sempre de forma justificada, de correção de um ou mais itens.
- 4.11.1. Caso seja solicitada a correção de um ou mais itens, não poderá a ARTESP solicitar a posterior correção de outros itens, quando da análise da versão corrigida do RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE. A ARTESP poderá solicitar ajustes decorrentes das correções originalmente solicitadas.
- 4.11.2. Em caso de solicitação de ajustes, a ARTESP deverá estipular o prazo para a sua realização e apreciará o RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE revisto em até 30 (trinta) dias.
- 4.11.3. Recebido o SISTEMA REMANESCENTE, já com os ajustes que venham a ser requeridos pela ARTESP, nos termos do item 4.10.2 acima, a ARTESP emitirá sua decisão final, acatando ou não o RELATÓRIO DE VISTORIA DO SISTEMA REMANESCENTE, facultando-se às partes submeter eventuais divergências aos mecanismos previstos no ANEXO 23, caso em que a decisão final proferida constituirá o RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE.
- 4.12. O RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE atestará, de forma definitiva, as condições em que o SISTEMA REMANESCENTE foi transferido à CONCESSIONÁRIA e registrará os EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO constatados no SISTEMA REMANESCENTE.
- 4.13. O reequilíbrio econômico-financeiro dos EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO indicados no RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE será realizado na forma da Cláusula 23 do CONTRATO.
- 4.14. Só poderão ser reequilibrados os itens indicados no RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE que estejam em consonância com o conteúdo previsto na Tabela item 4.5, sendo que a apresentação de conteúdo além do disposto na referida tabela não será considerada.

5. CONTRATAÇÃO DO RELATOR INDEPENDENTE

- 5.1. Caso a CONCESSIONÁRIA decida pela contratação de RELATOR INDEPENDENTE para a elaboração dos relatórios de vistoria previstos pelos itens 3 e 4 deste ANEXO, esta deverá apresentar, na DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO, lista tríplice de candidatos à ARTESP, acompanhada de toda a documentação necessária para fins de validação da referida lista, incluindo, mas não se limitando, à documentação societária atualizada e

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

declaração subscrita pelos representantes legais das empresas candidatas ao atendimento dos requisitos deste ANEXO, notadamente itens 5.5 e 5.6.

- 5.1.1. Somente será admitida a contratação de um RELATOR INDEPENDENTE, que será responsável pela elaboração dos relatórios relativos à transferência SISTEMA EXISTENTE, previsto pelo item 3 deste ANEXO, do SISTEMA REMANESCENTE, previsto pelo item 4 deste ANEXO, salvo motivação devidamente apresentada pela CONCESSIONÁRIA.
- 5.1.2. O contrato a ser celebrado pela CONCESSIONÁRIA com o RELATOR INDEPENDENTE deverá assegurar a entrega dos relatórios exigidos pelos itens 3 e 4 nos prazos e condições estabelecidos neste ANEXO
- 5.2. Em até 10 (dez) dias após a apresentação da lista tríplice de candidatos a RELATOR INDEPENDENTE pela CONCESSIONÁRIA, a ARTESP deverá homologar a lista ou, caso necessário, solicitar ajustes.
 - 5.2.1. Na hipótese de homologação da lista tríplice, na mesma oportunidade, a ARTESP irá selecionar, por meio de sorteio, o RELATOR INDEPENDENTE a ser contratado;
 - 5.2.2. Na hipótese de solicitação de ajustes à lista tríplice, a CONCESSIONÁRIA (i) deverá apresentar nova lista em até 5 (cinco) dias da solicitação apresentada pela ARTESP; e (ii) a ARTESP deverá realizar a homologação em até 5 (cinco) dias contados do recebimento da documentação completa e adotar as providências para selecionar o RELATOR INDEPENDENTE, por meio de sorteio, a ser realizado no prazo de 5 (cinco) dias da homologação.
 - 5.2.3. Caso a ARTESP não realize o sorteio previsto no item 5.2.1 e no 5.2.2 no prazo indicado, a CONCESSIONÁRIA poderá contratar qualquer um dos indicados no prazo do item 5.3 abaixo, sem prejuízo de ser facultado à ARTESP a exigência de alteração da contratação, caso, comprovadamente, o RELATOR INDEPENDENTE contratado não atenda aos requisitos deste ANEXO.
- 5.3. Em até 5 (cinco) dias da seleção, por meio de sorteio, pela ARTESP, a CONCESSIONÁRIA deverá realizar a contratação do RELATOR INDEPENDENTE.
 - 5.3.1. Em até 10 (dez) dias da contratação, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar o contrato celebrado com o RELATOR INDEPENDENTE para ciência e conferência da ARTESP, que se limitará a verificar o devido cumprimento do presente ANEXO, considerando a natureza privada do instrumento.
- 5.4. Caso o RELATOR INDEPENDENTE não tenha sido contratado até a assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL, e desde que o atraso não seja imputável à CONCESSIONÁRIA, as PARTES poderão repactuar os prazos de entrega dos relatórios previstos neste ANEXO.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias em Investimento
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL Nº 010/2025
Concessão do Lote Rota Mogiana

- 5.5. A elaboração de lista tríplice deverá obedecer, cumulativamente, aos critérios de ampla reputação técnica no mercado e inexistência de proibições para contratar com a Administração Pública, previstas no item 8.3 do EDITAL.
- 5.6. O RELATOR INDEPENDENTE, seus prepostos e funcionários integrantes de seus quadros, não poderão ter tido qualquer relação prévia com a presente CONCESSÃO, qualquer tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas ter percebido qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses precedentes à publicação do EDITAL, nem poderão ter qualquer tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas perceber qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses posteriores à entrega dos relatórios exigidos pelos itens 3 e 4 deste ANEXO.
- 5.7. Todos os custos e eventuais responsabilidades relacionados à contratação do RELATOR INDEPENDENTE serão exclusivamente atribuídos à CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer espécie de ônus à ARTESP ou ao PODER CONCEDENTE.
- 5.8. Selecionado o RELATOR INDEPENDENTE, este procederá, por si ou seus prepostos, à elaboração dos relatórios exigidos pelos itens 3 e 4 deste ANEXO.
- 5.9. O RELATOR INDEPENDENTE será o responsável técnico, para todos os fins de direito, pelas informações apresentadas nos relatórios exigidos pelos itens 3 e 4 deste ANEXO, respondendo pessoalmente pela equipe, sendo pessoas físicas ou companhias subcontratadas, que venha a contratar para seus levantamentos.
- 5.10. A CONCESSIONÁRIA será obrigada a rescindir o contrato com o RELATOR INDEPENDENTE, após decisão devidamente motivada da ARTESP, caso esta entenda terem sido emitidos relatórios ou posicionamentos incompatíveis com o dever do RELATOR INDEPENDENTE de atuar com rigor técnico, independência e equidistância entre as PARTES.
- 5.11. Não serão vinculantes e tampouco se presumirão corretas, as posições apresentadas pelo RELATOR INDEPENDENTE nos relatórios exigidos pelos itens 3 e 4 deste ANEXO, que não limitarão o amplo exercício das atribuições fiscalizatórias e regulatórias outorgadas à ARTESP, na forma deste ANEXO e do CONTRATO.

6. DO COMPARTILHAMENTO DE RISCO E SEUS EFEITOS

- 6.1. Os passivos socioambientais que constem do APÊNDICE B ou da lista de TCRAs do ANEXO 2, ou dele decorram, deverão ser corrigidos pela CONCESSIONÁRIA, nos termos e condições constantes do CONTRATO e ANEXOS, e não constituirão EVENTOS DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO.
- 6.2. Nos casos de incorreções ou falhas identificadas (i) no RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE e/ou (ii) no RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMAREMANESCENTE, que atendam aos termos e às condições deste ANEXO e da alocação de riscos do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA será obrigada a realizar as respectivas correções após determinação da ARTESP, observado o item 4.10 (ii), caso comprovado impacto econômico-financeiro, configurando EVENTO DE DESEQUILÍBRIO do CONTRATO.

7. INVENTÁRIO

- 7.1. O RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE, o RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE e demais documentos, produzidos, respectivamente, pelo RELATOR INDEPENDENTE e pela CONCESSIONÁRIA, integram o INVENTÁRIO, os quais deverão ser mantidos atualizados, inclusive em termos tecnológicos e por meio de vídeo-registro georreferenciado.

8. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 8.1. A ARTESP, com base no RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE e no RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE, deverá elaborar cronograma para a adequação de todas as não conformidades apontadas.
- 8.2. A CONCESSIONÁRIA não poderá sofrer ônus, tais como penalidades contratuais e deduções referentes à mensuração de INDICADORES DE DESEMPENHO, diretamente decorrentes das incorreções constatadas no âmbito do RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE e/ou do RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE, até que se encerre o prazo estipulado no cronograma estabelecido nos termos do item acima.
- 8.3. Este ANEXO não afasta o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA em caso de identificação de vício oculto posteriormente ao RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA EXISTENTE e/ou ao RELATÓRIO DE VISTORIA APROVADO DO SISTEMA REMANESCENTE, desde que se trate de vício oculto caracterizado pelo CONTRATO como de risco do PODER CONCEDENTE.
- 8.3.1. Serão de risco do PODER CONCEDENTE os vícios ocultos cujo fato gerador seja anterior à assinatura do TERMO DE TRANSFERÊNCIA INICIAL.